



 **PDF de Questões**

# **Direito Processual Civil**

## **Partes e Procuradores**



**CERSOAB**

**Olá, aluno!**

Bem-vindo ao estudo direcionado para o Exame de Ordem! Preparamos todo esse material com muita **métrica, especificidade** e, claro, com muito **cuidado e carinho**, garantindo que você tenha em mãos um conteúdo direcionado e distribuído de forma inteligente.

Com esse material, você estudará diariamente, de modo que, ao final do curso, você esteja apto a responder às questões da prova objetiva e ser **aprovado(a) no Exame de Ordem**. Sabemos que é um grande desafio, mas, quando falamos de aprovação, o CERS é o melhor. E, juntos – você e o CERS – o caminho até a sua vitória será bem mais fácil. Acredite!

Para o seu aprimoramento, a **resolução de questões** é um dos métodos mais eficazes para fixação de conteúdo, e você não pode negligenciá-las. Após assistir às pílulas com conteúdo teórico, e ler o PDF complementar, você encontrará aqui questões sobre o tema estudado. Algumas delas já virão com comentários para ajudar você ainda mais a compreender o tema; outras delas, com o desafio de você mesmo comentá-las, trazendo um estudo completamente ativo.

**Vamos juntos rumo à aprovação!**

---

---

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

---

---

1. A Associação "X", devidamente representada por seu advogado, visando à proteção de determinados interesses coletivos, propôs ação civil pública, cujos pedidos foram julgados improcedentes. Ademais, a associação foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Diante de tal quadro, especificamente sobre os honorários advocatícios, a sentença está

A) correta no que se refere à possibilidade de condenação ao pagamento de honorários e, incorreta, no que tange ao respectivo valor, porquanto fixado fora dos parâmetros estabelecidos pelo Art. 85 do CPC.

B) incorreta, pois as associações não podem ser condenadas ao pagamento de honorários advocatícios, exceto no caso de litigância de má-fé, no âmbito da tutela individual e coletiva.

C) correta, pois o juiz pode fixar os honorários de acordo com seu prudente arbítrio, observados os parâmetros do Art. 85 do CPC.

D) incorreta, pois as associações são isentas do pagamento de honorários advocatícios em ações civis públicas, exceto no caso de má-fé, hipótese em que também serão condenadas ao pagamento do décuplo das custas.

---

2. O fornecimento de energia elétrica à residência de Vicente foi interrompido em 2 de janeiro de 2018, porque, segundo a concessionária de serviço público, haveria um "gato" no local, ou seja, o medidor de energia teria sido indevidamente adulterado.

Indignado, Vicente, representado por um(a) advogado(a), propôs, aproximadamente um mês depois, demanda em face da fornecedora e pediu o restabelecimento do serviço, pois o medidor estaria hígido. A fim de provar os fatos alegados, o autor requereu a produção de prova pericial. Citado poucos meses depois da propositura da demanda, a ré defendeu a correção de sua conduta, ratificou a existência de irregularidade no medidor de energia e, tal qual o autor, requereu a produção de perícia.

Em dezembro de 2018, após arbitrar o valor dos honorários periciais e antes da realização da perícia, o juiz atribuiu apenas ao autor, que efetivamente foi intimado para tanto, o pagamento de tal verba.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) A decisão judicial está correta, uma vez que, se ambas as partes requererem a produção de perícia, apenas o autor deve adiantar o pagamento.
  - B) O juiz decidiu de modo incorreto, pois se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais.
  - C) A decisão está equivocada, na medida em que os honorários periciais são pagos apenas ao final do processo.
  - D) A decisão está correta, pois o magistrado tinha a faculdade de atribuir a apenas uma das partes o pagamento do montante.
-



## GABARITO

### 1. Questão

#### Comentários:

Trata-se de questão relacionada à ação civil pública, disciplinada pela Lei nº 7.347/85. O enunciado aborda, mais especificamente, a obrigatoriedade ou não do pagamento de honorários advocatícios em ação ajuizada por associação. Temática elucidada no artigo 18 da referida lei. Art. 18, Lei nº 7.347/85. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

**A) Errado.** De pronto, incorreta a letra "A", pois afirma ser possível a condenação ao pagamento de honorários, contrariando o artigo 18, acima transcrito. Outrossim, a assertiva faz expressa menção ao artigo 85 do Código de Processo Civil, com o intuito de fundamentar suposto equívoco no percentual fixado em condenação. Ocorre que este dispositivo estabelece ser possível a estipulação de honorários entre 10% e 20% sobre o valor da causa, quando devidos.

Art. 85, CPC. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

**B) Errado.** Também incorreta a alternativa "B", pois, apesar de enunciar que a condenação das associações só é viável diante da constatação da má-fé, o artigo 18, mencionado linhas acima, não faz qualquer restrição a que seja no âmbito da tutela individual e coletiva.

**C) Errado.** Igualmente equivocada a letra "C", por afirmar ser possível a cobrança de honorários na hipótese da situação narrada, afrontando o artigo da Lei da Ação Civil Pública, exaustivamente citado.

**D) Certo.** Resta, portanto, correta a assertiva "D", perfeitamente condizente com o artigo supramencionado. Ademais, a menção ao pagamento do décuplo das custas no caso de má-fé consta no artigo 17, da Lei nº 7.347/85.

Art. 17, Lei nº 7.347/85. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos. (Renumerado do Parágrafo Único com nova redação pela Lei nº 8.078, de 1990)

**Gabarito: D**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

## 2. Questão

### Comentários:

**A) Errado.** Se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais, nos moldes do caput do art. 95 do CPC/2015.

**B) Certo.** É o exato teor do caput do art. 95 do CPC/2015, segundo o qual "cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes".

**C) Errado.** De conformidade com o art. 95, caput, do CPC/2015, se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais.

**D) Errado.** Se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais, consoante o art. 95, caput, do CPC/2015.

**Gabarito: B**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---